



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2013.0000060724**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0009152-32.2008.8.26.0248, da Comarca de Indaiatuba, em que são apelantes OTÁLIA BATISTA DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), ANDRÉ LUÍS DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), CINTIA APARECIDA DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA) e DANILO BRANDÃO DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados TRANSPORTADORA CAMILLO LTDA e DANIEL GARCIA APOLINÁRIO.

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013.

**Palma Bisson**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0009152-32.2008.8.26.0248**

**APELANTE** : OTÁLIA BATISTA DE OLIVEIRA E OUTROS

**APELADOS** : TRANSPORTADORA CAMILO E OUTRO

**COMARCA** : INDAIATUBA

### **V O T O Nº 17.915**

Ementa: Acidente de trânsito – ação de indenização por danos materiais e morais - sentença de improcedência - apelação dos autores – não há falar-se em cerceamento de defesa por indeferimento do pedido de substituição de testemunha, porque a arrolada que seria substituída presente estava à audiência de instrução para ser inquirida, assim não se configurando qualquer das hipóteses que permitiam a sua substituição (CPC, art. 408) - não se havia mesmo de deferir a produção de prova pericial quer do local do acidente quer da bicicleta da vítima, se requerida após largo tempo da ocorrência daquele, revelando-se, por isso, inútil à solução da pendenga - sendo a prova documental e oral aos autos carreada suficiente ao desate da pendenga e alvo de lógica valoração da qual resultou consistente decreto de improcedência da pretensão inicial, desnecessário seria trazer aos autos cópia do inquérito policial - adicione-se que a pretensão inicial veio assentada na alegação de que o condutor do caminhão, não se encontrava em baixa velocidade e não a reduziu ao avistar a bicicleta conduzida pela vítima, vindo a atingi-la. Alegação tal, contudo, jamais foi sequer de leve ou remotamente comprovada, e a completa ausência de prova dela, aliada ao fato de que, como bem destacado pela sentença guerreada, mais credível se mostra a versão demandada, segundo a qual a vítima surpreendeu o condutor do caminhão, adentrando a frente deste que, carregado, não pode então ser prontamente estancado, leva à manutenção do desfecho proferido em desfavor dos autores - recurso improvido.



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### RELATÓRIO

Ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente trânsito que Otalia Batista de Oliveira, André Luis de Oliveira, Cintia Aparecida de Oliveira e Danilo Brandão de Oliveira moveram em face de Transportadora Camillo Ltda. e Daniel Garcia Apolinário foi julgada improcedente pela respeitável sentença de fls. 264/268, de lavra da MM. Juíza de Direito Patrícia Bueno Scivittaro, na esteira da seguinte fundamentação: *"A presente ação fundamenta-se na responsabilidade civil aquiliana, cujos pressupostos para sua caracterização são: ato ilícito, decorrente de conduta culposa ou dolosa, dano e nexo de causalidade entre o primeiro e o segundo. Os autores afirmam que a vítima do acidente narrado na inicial, esposo e pai dos mesmos, veio a falecer em decorrência de conduta culposa do corréu Daniel, condutor de veículo de propriedade da corré Transportadora, que colheu o ciclista na pista mencionada na inicial, quando trafegava pelo local, em alta velocidade. O conjunto probatório coligido nos autos, em especial, as fotos apresentadas às fls. 118/153, tornam possível verificar com bastante clareza o local em que ocorreu o acidente tratado na inicial. As*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que as fotos apresentadas nos autos representam, de fato, o local do acidente na época em que ocorreu. As testemunhas ouvidas em juízo não presenciaram os fatos. Ali chegaram logo após o seu acontecimento. Todas confirmaram tratar o local de uma pista de mão única, na época sem acostamento, e de difícil visibilidade, por falta de iluminação pública, no período noturno. As fotos sob comento, confirmam que a pista onde ocorreu o acidente, no local específico do acidente, está em aclive, com duas lombadas posicionadas poucos metros antes do sítio da colisão. As fotos de fls. 130/131 representam com clareza o local do acidente. Segundo afirmado pelo condutor do caminhão, corréu Daniel, o ciclista trafegava pela pista no mesmo sentido de direção do caminhão, poucos metros à frente deste. Trafegava pela lateral direita da pista, considerando o sentido do caminhão e da bicicleta, bem à margem da via, sobre a faixa que delimita a via pública. Segundo o motorista, ora corréu Daniel, o ciclista foi visto pelo motorista trafegando na margem direita da pista, tendo, repentinamente, por desequilíbrio, ingressado à frente do caminhão, há uma distância de 10 metros deste último, fato este, segundo o motorista, que o impediu de evitar a colisão, mesmo assim o tentando. Segundo o condutor do*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*caminhão, para tentar evitar a colisão, jogou o caminhão para a sua esquerda, mas tal fato não impediu a colisão, vindo a lateral frontal direita do veículo colidir contra a bicicleta, culminando com o atropelamento. Esta é a única versão que temos nos autos, esta versão, apresentada de forma coerente pelo condutor do veículo, assim também o foi quando prestou declarações para a polícia militar, após o acidente. É o que se vê no boletim de ocorrência de fls. 23/24, corroborado no boletim de ocorrência da polícia militar de fls. 47. Pelas características do veículo e do local do acidente, em princípio, torna-se difícil admitir que o caminhão estivesse transitando no local com velocidade acima da permitida do local, no caso, 40 KM/h (fls. 127). A testemunha Marcio, arrolada pela parte ré, motorista de caminhão e que já trafegou pelo local com veículo similar aquele envolvido no acidente, informa que, estando o veículo carregado, a velocidade do veículo não ultrapassa a 30 km/h, em razão das características do local, pista em aclive, com lombadas. Muito embora a parte autora sustente que o caminhão estivesse em alta velocidade, nenhuma prova produziu nesse sentido, muito embora tivesse tido processualmente oportunidade para tanto. A ausência de prova apta a demonstrar culpa do condutor pelo acidente, torna inviável*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*acolher a pretensão dos autores, uma vez que a versão apresentada pelo condutor do caminhão se mostra factível e não restou contrariada por qualquer outra prova produzida nos autos. As informações de que o condutor estaria em alta velocidade não vieram corroboradas pela prova oral, produzida pelo crivo do contraditório. Qualquer prova pericial eventualmente produzida no inquérito policial instaurado para apurar os fatos noticiados na inicial também não vieram aos autos, o que poderia ter acontecido pela iniciativa dos autores, independentemente da interferência do juízo. Considerando que o ônus probatório de fato constitutivo do direito compete aos autores, não tendo ocorrido este, é de rigor a improcedência da ação".*

*Inconformados, apelam os autores às fls. 303/320, primeiro suscitando a nulidade da sentença por cerceamento de defesa, vez que "não teve oportunidade de instruir adequadamente os autos, pois se quer houve a possibilidade de abertura de prazo para juntada do inquérito policial, não foi respeitado o pedido de produção periciais no local do acidente e da bicicleta envolvida com o sinistro, bem como foi negada a oitiva da substituição da testemunha"; depois pedindo a reforma daquela de molde a ser acolhida sua pretensão, à custa dos seguintes argumentos:*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*i. "não é crível que um caminhão a 30 km/h, avistando uma pessoa se desequilibrar em sua frente em uma distância de 10 km, sem qualquer obstáculo (carros trafegando ou pessoas andando no local), não conseguiria com facilidade se desviar e evitar um acidente"; ii. "com a velocidade que o requerido Daniel diz que se encontrava, dificilmente teria levado a óbito a vítima, sendo que no máximo teria causado lesões físicas e não levado a morte o genitor dos recorrentes"; iii. "existe poste de iluminação nas proximidades, proporcionando alguma iluminação, não sendo totalmente escuro, bem como a lombada é literalmente rente ao chão".*

Recurso tempestivo, sem preparo ante a gratuidade processual deferida aos autores (fls. 49) e respondido (fls. 323/334 e 335/346).

### FUNDAMENTOS

O apelo não merece guarida.

Não há falar-se em cerceamento de defesa por indeferimento do pedido de substituição de testemunha, porque a arrolada que seria substituída presente estava à audiência de instrução para ser inquirida, assim não se



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

configurando qualquer das hipóteses que permitiam a sua substituição (CPC, art. 408).

Não se havia mesmo de deferir a produção de prova pericial quer do local do acidente quer da bicicleta da vítima, se requerida após largo tempo da ocorrência daquele, revelando-se, por isso, inútil à solução da pendenga.

Sendo a prova documental e oral aos autos carreada suficiente ao desate da pendenga e alvo de lógica valoração da qual resultou consistente decreto de improcedência da pretensão inicial, desnecessário seria trazer aos autos cópia do inquérito policial.

Adicione-se que a pretensão inicial veio assentada na alegação de que o condutor do caminhão não se encontrava em baixa velocidade e não a reduziu ao avistar a bicicleta conduzida pela vítima, vindo a atingi-la.

Alegação tal, contudo, jamais foi sequer de leve ou remotamente comprovada, e a completa ausência de prova dela, aliada ao fato de que, como bem destacado pela sentença guerreada, mais credível se mostra a versão demandada, segundo a qual a vítima surpreendeu o condutor do caminhão, adentrando a frente deste que, carregado, não





# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pode então ser prontamente estancado, leva à manutenção do desfecho proferido em desfavor dos autores.

Diante do exposto, eu nego provimento ao recurso.

É como voto.

**Des. PALMA BISSON**

**Relator**